

EDIÇÃO DE TEXTO E ESTUDO DA ARGUMENTAÇÃO NUMA CARTA DO SENADO DA CIDADE DO SALVADOR NO SÉCULO XVII AO REI DE PORTUGAL

Daniel Calmon Torres ¹
Gilberto Nazareno Telles Sobral ²

RESUMO: *Este trabalho tem o objetivo de editar e analisar as técnicas argumentativas presentes em uma Carta da Câmara da Cidade do Salvador no século XVII, escrita a Sua Majestade, a fim de revelar os traços argumentativos que marcam o contexto histórico e cultural da primeira capital do Brasil. Para tal objetivo foi utilizado como embasamento teórico dos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca no livro Tratado da Argumentação: a nova retórica.*

Palavras-chave: Crítica Textual; Manuscrito brasileiro; Argumentação.

INTRODUÇÃO

A primeira Câmara Municipal foi fundada no Brasil colonial, em 1532, na vila de São Vicente. Durante a época colonial as câmaras exerciam inúmeras funções. Inicialmente seu papel era agir sobre as múltiplas necessidades das *urbis*, como abastecimento, saúde, higiene, até aplicações de leis. Com a perda de alguns desses atributos, na época republicana, as câmaras se tornaram o espaço da representação política da sociedade, a fim de proteger os munícipes contra o rigor das imposições fiscais ou contra o excesso das autoridades na direção da casa pública, indo contra vontade de reis, governadores, bispos, juízes. Em 13 de junho de 1549, foi fundada a Câmara Municipal da Cidade do Salvador, que se tornou uma das mais importantes do Império Português no período colonial na América e portadora de um grande acervo de documentos das mais diversas situações ocorridas na Cidade do Salvador.

A EDIÇÃO DE TEXTO

Ao realizar estudos de documentos históricos é necessário adentrar na área especializada em tal questão. A Crítica Textual dedica seus trabalhos no resgate de documentos, os quais representem memórias históricas.

Pode-se dizer que a edição de textos nasceu da poesia, devido à origem dos seus primeiros trabalhos realizados por eruditos alexandrinos em poemas épicos de Homero. Tais trabalhos eram voltados para a restauração, inteligência e explicação dos textos com o propósito

¹ Graduando em Letras/Espanhol pela Universidade do Estado da Bahia. Bolsista de Iniciação Científica/FAPESB. Pesquisador do Projeto “Polifonia e Argumentação na relação Colônia-Metrópole nos séculos XVII e XVIII. E-Mail: danielcalmonba@hotmail.com. Autor.

² Doutor em Letras pela UFBA. Professor Adjunto da UNEB. Professor do Programa de Pós-Graduação em estudos da linguagem/UNEB. Pesquisador do grupo de Edição e Estudo de Textos (Diretório dos Grupos de Pesquisa-CNPQ). Coordenador do projeto “Polifonia e Argumentação na relação Colônia-Metrópole nos séculos XVII e XVIII. E-mail: gsobral@uneb.br. Orientador.

de catalogar as obras, revê-las, comentá-las, provê-las de sumários e anotações, questões gramaticais, juízos de valor estético etc. O período clássico, ao adotar tal tipo de cultura literária, acabou gerando a necessidade de preparar textos legíveis, apurá-los e publicá-los. Segundo Perugi e Spaggiari (2004, p. 18), ‘desde meados do século XV, a cópia manual é o meio mais utilizado pelo homem para registrar uma memória coletiva que transmite para a prosperidade as heranças culturais dos nossos antepassados’.

Encontra-se, em Salvador, na Fundação Gregório de Matos, o Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Salvador, cujo acervo é composto, entre outros, de livros de registros de “Cartas do Senado a Sua Magestade³”, no período de 1742-1822, revelando as relações entre Coroa Portuguesa e a Colônia brasileira.

O *corpus* utilizado neste trabalho para análise é uma carta enviada pela Câmara da Cidade do Salvador, no século XVII, à Sua Magestade, em 23 de julho de 1697. Composto dos fólios 16 e 17, recto e verso, apresenta o registro acerca da aplicação das sobras de sedimento da Casa da Moeda.

Seguindo os processos do labor filológico, após a escolha do *corpus* e feita sua leitura paleográfica, foram adotados tais procedimentos para a transcrição fidedigna do documento, cujo caráter conservador da edição objetiva a manutenção das características da língua no período em questão.

1. Reproduzir com fidelidade o texto (grafia, pontuação, etc.)
2. Indicar o número dos fólios, à margem direita.
3. Numerar o texto, linha por linha, indicando a numeração de cinco em cinco, desde a primeira linha do fólio, reiniciando a numeração no seguinte.
4. Desdobrar as abreviaturas com o auxílio dos parênteses ().
5. Indicar interpolações com o auxílio de colchetes [].
6. Indicar as rasuras ilegíveis com o auxílio de colchetes e de reticências [...].

Transcrição do manuscrito

5 Registro de uma carta escrita a Sua Magestade sobre que as sobras do sedimento da Casa da Moeda pagos gastos dessa se apliquem a Competente do que ainda se deve da tinta e pão de Olanda

10 Foi Vossa Magestade servido conceder que nesta Cidade houvesse Casa da Moeda onde se fabricasse dinheiro Provincial para uso da mesma Cidade, e por fazer favor aos moradores destas

³ Manteve-se a grafia conforme original

- mandais por carta sua de vinte etrês de
março demilseis centos noventa equa-
tro, acrescentar o valor da[...] [...]
- 15 que nadita Caza sehouvesse para
que das obras dessa sepagassem os gas-
tos dos Officiaes mais paramentos
- Parametos dadita Caza, e[...] Vossa
Magestade desy todo o lucro que dastais so-
bras dessa sepagassem nisto aconveniencia
20 dos seus Vassallos ao regimento da sua Lei
, alfazenda, e porque do N^o, obs. qise já tem
entrado na dita Caza sem havido sobras
bastantes asatisfazer osgastos edespezas
25 desta, eseacha já demais algum Resto
q. se deve despender, por discrição e ordem
de Vossa Magestade prostrados aseus
Rudes [...] como humildes eleaies Vassa-
llos lhapedimos que attendendo aomi
30 zeravel estado, emque hoje seacha
este Povo afidilidade com que sem-
pre obedeceo a Vossa magestade
eagrande aveichação com que há
tantos annos está pagando atinta
35 do Donativo e pan de Olanda lhefas-
as graça mandar que as sobras que
seacharem, efazem vencendo do dito dinhei-
ro depois depagas as despesas da caza
seapliquem ao compettente doque ainda se
40 deve para satisfaçam dadita tinta do Do-
nativo epage de Olanda, eseentregue ao
Tesoreiro dessa para que mais brevemente
sepossa esta Cidade [...] deste tributo,
E por está eas mais graças que de Vossa
45 Magestade recebemos, nos mostramos sem-
pre obedientes eleaes Vassallos de Vossa Ma-
gestade cuja Real Pessoa nos guarde e Seas
como dezejamos bahia Camara vinte
etrês de Julho demilseis cento noventa e sete

As condições de produção

O **orador** são os membros da Câmara, cujo papel é o representante e defensor dos interesses dos habitantes da Cidade do Salvador.

O **auditório**, o tu da enunciação, é o Rei de Portugal D. João IV. É para este que o orador dirige sua argumentação, transmite a situação e destina a carta.

O **aqui** corresponde ao lugar de onde o orador (eu) enuncia, é nele que o mesmo se legitima. Como se trata de “Cartas do Senado a Sua Magestade”, os membros da Câmara falam como autoridade que representa as vontades do povo da Cidade Salvador.

O **agora** é o momento da enunciação. É preciso considerar os aspectos sócio-históricos e políticos do momento. O século XVII foi marcado pelo início (1624-25) e fim da invasão holandesa e declínio da cana-de-açúcar (1660), além dos primeiros indícios de ouro em Minas Gerais (1697). Com a queda da cana-de-açúcar, houve uma crise de alimento e de produtos básicos.

Tendo em vista a necessidade do pagamento de uma dívida e ciente das sobras dos sedimentos da Casa da Moeda, diante de uma crise, o enunciador apela ao Rei com o intuito de utilização da referida verba. Portanto, a emissão dessa carta ao rei de Portugal solicitando a resolução de um problema, justifica o *corpus* dessa pesquisa, tendo em vista o importante momento histórico.

Levantamento dos processos argumentativos

A obra *Tratado da Argumentação: a nova retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca, publicada em 1958, tem se tornado modelo dos estudos recentes ligados à Retórica. Tal tratado marca uma ruptura com o conceito cartesiano de razão e raciocínio defendido por Descartes em discurso sobre o Método (1637), onde a evidência é posta como marca simbólica da razão e tem como falso tudo aquilo que é verossímil, admissível, ou seja, plausível. A *Nova Retórica* representa uma reconstrução da retórica de Aristóteles, na qual a noção de argumentar está ligada aos lugares (topois). O valor atribuído aos lugares na visão aristotélica indica a influência que a escolha destes possui na aquisição de resultados efetivos no processo de argumentar. Na percepção de Perelman e Olbrechts-Tyteca, a argumentação está ligada diretamente à aceitação ou consentimento dos interlocutores. Portanto o processo argumentativo pressupõe a aplicação de técnicas discursivas que produzem ou fazem crescer a adesão do auditório conforme o caso. A *Nova Retórica* segue uma perspectiva de apresentar uma argumentação como procedimento, no qual o orador sustenta uma ou mais idéias a fim de submeter à anuência do auditório. Nesse sentido, os argumentos consistem em meios pelos quais os sujeitos sustentam as suas idéias com a intenção de captar a audiência ou assentimento do interlocutor a fim de persuadi-lo ou convencê-lo.

Para que o orador adquira à adesão do auditório, afim de que seu pedido seja atendido pelo Rei, ele inicia a cena enunciativa ressaltando uma antiga ordem dada pelo mesmo, na qual o Rei concebeu a Casa da Moeda um certo valor destinado aos gastos dos Oficiais e outros da Casa, como pode ser percebido no excerto seguinte:

Foi Vossa Magestade servido conce/ der que nesta Cidade houvesse Caza da/ Moeda onde se fabricasse dinheiro Pro/ vincial para uso da mesma Cidade,/ e por fazer favor aos moradores destas/ mandais por carta sua de vinte etrês de/ março demilseis centos noventa equa/ tro, acrescentar o valor da[...] [...] /que nadita Caza sehouverse para/ que das obras dessa sepagassem os gas/ tos dos Oficiaes mais paramentos/ dadita Caza. (CÂMARA, 1697)

Na sequência, o orador ressalta o regimento e cumprimento da lei e ordem do rei mediante ao fato (a crise de alimentos e produtos e as sobras de sedimento) para a adesão do auditório. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), o fato é uma adesão por parte do auditório universal que seria inútil reforçar, assim o acordo sobre os fatos é algo que se produz em um processo argumentativo. Como pode ser observado no excerto abaixo:

E (...) Vossa Magestade desy todo o lucro que dastais so/ bras dessa sepagassem nisto aconveniencia/ dos seus Vassalos ao regimento da sua Lei/ , alfazenda, eporque do (Nº, obs.) qise já tem/ entrado na dita Caza sem havido sobras/ bastantes asatisfazer osgastos edespezas/ desta, eseacha já demais algum Resto/ q. sedeve despender, por discrição e ordem/ de Vossa Magestade. (CÂMARA, 1697)

Dando continuidade à argumentação, o orador utiliza de uma serie de estratégias argumentativas visando persuadir o auditório. Percebe-se o uso de um argumento de transitividade devido às relações de superioridade entre membros da Câmara e o Rei. Além de utilizar de palavras que toquem a emoção do auditório (**humildes e miseravel**), o orador também se utiliza do apelo ao povo como motivo maior da súplica que faz. A Cidade de Salvador passava por uma crise de alimentos desde a crise da cana-de-açúcar Outra estratégia argumentativa seria a valorização dos serviços prestados pelos vassalos à Câmara, demonstrando gratidão lealdade e fidelidade à Coroa. Tal fato é visto no trecho **prostrados aseus/ Rudes como humildes eleaies Vassalos lhepedimos que attendendo aomiseravel estado, emque ,hoje seacha/ este Povo afidilidade com que sem/ pre obedeceo a Vossa magestade/**

Na sequência do processo argumentativo, nota-se um direcionamento da argumentação em direção à esperança dos membros da Câmara em relação à atitude a ser tomada pelo Rei a favor da Cidade.

....eagrande aveichação com que há/ tantos annos está pagando atinta/ do Donativo e pan de Olanda lhefas/ as graça mandar que as sobras que/ seacharem, efazem vencendo do dito dinhei/ ro depois depagas as despesas da caza/ seapliquem ao competente doque ainda se/ deve para satisfaçam dadita tinta do Do/ nativo epage de Olanda, eseentregue ao/ Tesoreiro dessa para que mais brevemente/ sepossa esta Cidade (...) deste tributo. (CÂMARA, 1697)

Ao finalizar a carta, o orador despede do Rei com palavras sobre suas qualidades e características, demonstrando obediência, respeito, lealdade e submissão.

E por esta eas mais graças que de Vossa/ Magestade recebemos, nos mostramos sem/ pre obedientes eleaes Vassalos de Vossa Ma/ gestade cuja Real Pessoa nos guarde e Seas/ como dezejamos bahia Camara vinte/ etrês de Julho demilseis cento noventa e sete. (CÂMARA, 1697)

CONCLUSÃO

A edição do manuscrito que compõe o *corpus* deste trabalho representa a preservação de um importante registro do cotidiano da administração da Cidade do Salvador. A partir da análise

aqui apresentada, observam-se algumas formas do relacionamento entre a Câmara da Cidade de Salvador e o Rei de Portugal, nas quais o discurso usado não só teria a intenção de revelar a situação que passava o povo da Cidade mas também o consentimento do Rei à tese de que seus Vassallos são obedientes, leais e que a Câmara era um órgão responsável, que atende as necessidades dos habitantes da Cidade. O locutor direciona seu discurso utilizando sua posição de membro (autoridade) da Câmara em nome do povo que enfrentava uma crise (o fato), a fim de persuadir o auditório. O caráter pragmático da argumentação, portanto, confirma a importância da linguagem nas interações sociais.

REFERÊNCIAS

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERELMAN, Chaim. OLBRECHTS-TYTECA, Lucie: **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RUY, Affonso. **História da câmara municipal do Salvador**. 2.ed. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1996

SANTANA NETO, J. A. de. O páthos e a argumentação: Uma Visão Retórico-Pragmática. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis (Org.). **Diferentes perspectivas dos estudos filológicos / Maria da Conceição Reis Teixeira; Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz; Rosa Borges dos Santos (Org)**. -Salvador: Quarteto, 2006.

SOBRAL, Gilberto Nazareno Telles. **A Interdisciplinaridade entre os estudos filológicos e os lingüísticos**. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis (Org.). **Diferentes perspectivas dos estudos filológicos / Maria da Conceição Reis Teixeira; Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz; Rosa Borges dos Santos (Org)**. -Salvador: Quarteto, 2006.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**: crítica textual. São Paulo: Cultrix, 1977.